

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS REDES COTIDIANAS: UM DIÁLOGO SOBRE A BNCC NO 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Autora: Fernanda de Araújo Dias; Orientador: Rogério da Costa Neves; Coorientadora: Maria Luiza Sussekind.

Colégio Pedro II e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
[fernandaadidas.rj@gmail.com](mailto:fernandaadidas.rj@gmail.com); [rcn.42@hotmail.com](mailto:rcn.42@hotmail.com); [luli551@hotmail.com](mailto:luli551@hotmail.com)

### **Introdução**

A criação de uma base nacional comum não é novidade. Com a concepção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (nº 9394/96) iniciou-se um processo de estabelecimento de políticas curriculares que deveriam ser elaboradas pela União com a participação das unidades federativas e seus municípios. Passou a figurar como objetivo o estabelecimento de “competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que (...) [nortearassem] os currículos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996, s.p.). Ainda na LDB de 1996, o artigo 26 indicava que os currículos tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio deveriam possuir “uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada” (BRASIL, idem). Outros documentos oficiais também figuram como pano de fundo e endossam o surgimento e a história da BNCC, dentre eles é possível citar os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação.

A história da BNCC tem sido controversa. Muitas são as possibilidades de reflexão a respeito do que ela propõe e do que deixa de propor. É importante considerar que nenhuma política educacional curricular está descolada do contexto político e social mais amplo, pois como nos diz MACEDO (2016, p.14) o currículo está implicado em estratégias de governo e produção dos sujeitos e é produtivo de sentidos, numa prática criativa marcada por poder.

Alguns estudiosos (SUSSEKIND, 2014; MACEDO, 2016; 2018; FREITAS, 2015; 2016; ALVES, 2018) teceram críticas à BNCC no que tange ao seu atrelamento com formatos específicos de avaliação que flertam com um conceito restrito de qualidade educacional; a padronização de materiais didáticos e cursos de formação docente; à influência das forças empresariais em sua construção; a abissalidades e marginalizações culturais reforçadas; à

ausência de reflexões postas e discutidas pelos campos do cotidiano e do currículo há quase 50 anos; a responsabilização e culpabilização de professores pelo fracasso na educação.

Indo ao encontro das últimas duas críticas supracitadas, o presente trabalho se dispõe a versar sobre como a concepção curricular da BNCC diverge da concepção de currículos pensados e praticados no cotidiano escolar, que são construídos e possibilitados pelo exercício docente. Sob a justificativa de que os professores não possuem formação sólida e de qualidade, a uniformização curricular é proposta pela BNCC, como sendo “a” solução para dirimir as diferenças de nivelamento educacional dos alunos, sem que sejam problematizados outros fatores estruturais (como os recursos físicos e financeiros destinados às instituições escolares) para além da formação e atuação docente no processo de ensino e aprendizagem. Os professores, além de terem sua profissionalidade SACRISTAN (1991) questionada, são subjugados e convidados a serem ensinados, via documento curricular, a ensinar. Neste trabalho, não há pretensão de negação da importância da formação inicial e continuada dos professores, no entanto, defende-se que essa formação deva ser feita com e para os professores, através de mergulhos no cotidiano das escolas, nos currículos pensados e praticados e através da apuração da escuta para os relatos que dele emergem.

Ao olhar para o 1º segmento do ensino fundamental, a pesquisa busca compreender de que forma os professores deste segmento constroem e resignificam suas práticas frente a política curricular proposta pela Base Nacional Comum Curricular, e dessa forma, resistem a um processo de precarização dos aspectos intelectuais, criativos e acontecimentais do trabalho docente. Na expectativa de responder a esta questão, será realizada uma investigação *nos/dos/com* o cotidiano escolar, para identificar nos relatos dos professores essas estratégias de resistência.

### **Metodologia**

Os estudos *nos/dos/com* os cotidianos foram escolhidos como metodologia de pesquisa pois nos possibilitam “descrever e interpretar relatos de situações cotidianas que abordam questões da formação de professores, das práticas curriculares e das relações entre pesquisadores acadêmicos e seus protagonistas” SÜSSEKIND (2012, p.3).

O estudo a ser realizada pode ser classificado como uma pesquisa de campo, que segundo MARCONI; LAKATOS (2011, p.69) "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de

variáveis que se presume relevantes, para analisá-los". Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes Minayo (2001). Farão parte da pesquisa professores do 1º segmento do ensino fundamental que integram a rede municipal de Niterói, e outras redes municipais do estado do Rio de Janeiro.

### **Resultados e Discussão**

Após a coleta de dados, que será feita através das conversas, das escrivinhações livres e do pedir licença para entrar na escola (SUSSEKIND, 2012, p.8), irei ouvir os professores e as histórias que eles contam, conversar ao invés de interrogar, seguir as tramas e as pessoas que estão nas escolas e criam e recriam seus cotidianos ricos e desobedientes (SUSSEKIND, idem).

A posteriori, esses relatos darão origem a um vídeo de animação, no estilo *stopmotion*, que contarão por meio de um professor-personagem, as estratégias de resistência à BNCC criadas por todos os professores envolvidos na pesquisa. Também será criado um vídeo de *stopmotion* contando o que é a BNCC e qual é o seu histórico. Este material será disponibilizado aos professores participantes da pesquisa, bem como nas redes sociais, para que outros professores tenham acesso à ele.

### **Conclusões**

Espera-se ao final da pesquisa identificar nos relatos dos professores, estratégias que ressignifiquem o currículo prescrito pela BNCC no cotidiano escolar e que resistam a um processo de achincalhamento do fazer docente promovido por esta política. Espera-se também, concluir que os professores seguem subvertendo e desobedecendo a políticas de uniformização curricular, produzindo novos saberes que se consolidam através dos currículos pensados e praticados.

### **Referências**

ALVES, N. PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Cotidianos das escolas: relações possíveis? In: A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas, Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. p. 31-36.

FERRAÇO, C. E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos. Desconstruindo a “base que não é currículo”. Avaliação Educacional - Blog do Freitas, 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/08/24/desconstruindo-a-base-que-nao-e-curriculo/> Último acesso em 08 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Base nacional (mercadológica) comum. Avaliação Educacional - Blog do Freitas, 2015a. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/07/20/basenacional-mercadolologica-comum/> Último acesso em 10 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Política Educacional e Base Nacional – final. Avaliação Educacional - Blog do Freitas, 2015b. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/09/18/politicaeducacional-e-base-nacional-final-2/> Último acesso em 9 de setembro de 2018.

MACEDO, E. A Base é a Base. E o currículo o que é? In: A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas, Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. p. 31-36.

MACEDO, E. and FRANGELLA, R. C. P. Apresentação – Políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. Educ. rev. [online]. 2016, vol.32, n.2, pp.13-17. Disponível em: < <http://ref.scielo.org/2vbtm6> > . Visualizado em 28 de Agosto de 2018.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. Educ. rev. [online]. 2016, vol.32, n.2, pp.45-68. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/k8dghg>> Visualizado em 5 de Agosto de 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MEC (2017). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

SACRISTÁN, J. G.. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÒVOA, A. (org.). Profissão professor. Portugal: Porto, 1991.

SÜSSEKIND, M. L. O ineditismo dos estudos nos/dos/com os cotidianos: currículos e formação de professores, relatos e conversas em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, Brasil. Ecurriculum, São Paulo, v. 8, n. 2, ago. 2012.

SÜSSEKIND, M. L.. As (im)possibilidades de uma Base Comum Nacional. Revista e-Curriculum (PUCSP), v. 13, p. 1-0000, 2014.